



Bolsas		Pontuação B3				Dólar		Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na terça-feira		IBovespa nos últimos dias				Na terça-feira		Últimos	Comercial, venda na terça-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
1,4%	0,76%	190.534	191.490			R\$ 5,155		R\$ 1.621	R\$ 6,073	14,90%	14,75%	
São Paulo	Nova York	19/2	20/2	23/2	24/2	(- 0,26%)	18/fevereiro 19/fevereiro 20/fevereiro 23/fevereiro	5,240 5,227 5,175 5,168				Setembro/2025 Outubro/2025 Novembro/2025 Dezembro/2025 Janeiro/2026
												0,48 0,09 0,18 0,33 0,33

CASO MASTER

CVM atribui fraudes a “alinhamento perverso”

Em depoimento no Senado, presidente interino da autarquia diz que havia indícios de irregularidades no Master desde 2017, aponta modelo "inédito" de fraude para inflar ativos e parecer solvente e informa que há 24 processos em curso

» RAFAELA GONÇALVES
» ROSANA HESSEL

O presidente interino da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), João Accioly, reconheceu que houve problemas na fiscalização da autarquia sobre as irregularidades do Banco Master, mas tentou livrar a responsabilidade do órgão no monitoramento de fundos exclusivos — uma das bases das fraudes bilionárias da instituição de Daniel Vorcaro —, que, de acordo com Accioly, mantinha um “alinhamento perverso” entre investidores e gestores. Para ele, o caso do Master, que gerou o maior rombo da história do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), de pelo menos R\$ 51,8 bilhões, tem peculiaridades e é inédito.

“O caso Master tem uma peculiaridade estrutural, que é uma grande inovação dele que é, talvez, inédito, porque sai do padrão. O prejudicado considerado o Banco Master como cotista dos fundos, foi, em larga medida, o promotor ativo do superdimensionamento dos ativos dos fundos em que ele investia”, disse Accioly, ontem, aos senadores.

Em sua avaliação, o Master não foi vítima, mas agente do próprio mecanismo. “Havia um alinhamento perverso de incentivos entre os gestores e os investidores para manter essa ficção contábil. É um ‘engana que eu gosto’”, acrescentou.

O executivo afirmou que o Master criou um modelo “inédito” de fraude ao atuar como “promotor ativo” da alavancagem dos fundos exclusivos investidos pelo banco de Vorcaro. “Pelo que se sabe até agora, o Master foi promotor ativo de superdimensionamento dos ativos dos fundos em que ele investia”, declarou.

O Banco Master foi liquidado extrajudicialmente pelo Banco Central em novembro de 2025. A instituição de Vorcaro é alvo de investigações da Polícia Federal, na Operação Compliance Zero, que identificou fraudes de R\$ 12,2 bilhões na venda de carteiras de crédito podres ao Banco de Brasília (BRB), que tentou comprar o Master em março do ano passado, mas a operação foi vetada pelo BC em setembro. Estimativas preliminares indicam que o prejuízo do BRB

Saulo Cruz/Agência Senado



Em depoimento na CAE, presidida por Calheiros, João Accioly negou que tenha havido omissão por parte da Comissão de Valores Mobiliários

pode superar R\$ 5 bilhões por conta dessas operações com Vorcaro. No depoimento, Accioly explicou que os valores inflados eram usados para reforçar, artificialmente, a posição patrimonial e viabilizar a emissão de Certificado de Depósitos Interbancários (CDB), que são regulados pelo BC. “Assim, parecia solvente, quando não estava”, disse. Na avaliação do dirigente, o esquema induziu o mercado a erro e dificultou a atuação dos órgãos de supervisão, inclusive do Banco Central.

Falhas

Accioly contou aos senadores que é diretor da CVM desde 2022, e afirmou que a autarquia já tinha conhecimento de possíveis irregularidades no Master antes de 2022, com registros de indícios desde 2017 e que vários processos foram

instaurados, mas há pouco peso para dar celeridade às investigações. Segundo ele, relatórios com ressalvas foram identificados e, atualmente, há 24 processos relacionados às negociações entre o Master e o BRB.

O dirigente acrescentou que o caso foge ao padrão tradicional de fiscalização preventiva por envolver fundos exclusivos, voltados a investidores que, em tese, teriam capacidade própria de monitoramento. Defendeu, por isso, aprimoramentos regulatórios e maior coordenação entre autoridades. Ao mesmo tempo, tentou isentar a CVM de culpa pelas perdas bilionárias para os investidores e para o FGC, que é mantido com aportes de bancos públicos e privados.

“O pessoal (da CVM) trabalha além da capacidade máxima. Há muitos servidores que têm atuação

exaustiva. Há recursos tecnológicos que precisam ser feitos”, afirmou Accioly. “Em caso de fraudes, por maiores que elas sejam, a grande responsabilidade é de quem as comete. A cada nova fraude é preciso aperfeiçoar, mas a causa do crime é escolha do criminoso e não do policial que a combate”, frisou.

Na avaliação do economista e ex-diretor do Banco Central Carlos Thadeu de Freitas Gomes, o depoimento de Accioly foi fraco, mas mostrou deficiências na fiscalização de fundos exclusivos, que é responsabilidade da CVM.

Aos senadores, Accioly disse que a CVM trabalha para identificar “a fraude tradicional”, focando na fiscalização voltada para a massa de investidores pequenos, porque os grandes possuem mecanismos próprios. “Cotistas de fundos exclusivos recebem menos atenção porque se supõe que

o grande investidor tem condições de estar verificando isso”, declarou o executivo.

“Ele a culpa para a fiscalização do Banco Central. O Vorcaro vai aproveitar essa falha da CVM”, disse Gomes, ao **Correio**. “Quem deve supervisionar os fundos exclusivos é a CVM, pois o BC enxerga mais os conglomerados. Tudo foi falta de entendimento entre o BC e a CVM”, lamentou o economista. Para ele, a culpa de os fundos exclusivos não serem investigados é da CVM. “Porque ela tinha que perguntar ao BC a origem e os valores estabelecidos pelos investidores exclusivos dos fundos somente dos bancos. No fundo, os bancos não podiam investir em fundos exclusivos gerenciados por outros bancos. Cada banco somente investir em seu próprio fundo exclusivo”, explicou.



O prejudicado considerado, o Banco Master como cotista dos fundos, foi, em larga medida, o promotor ativo do superdimensionamento dos ativos dos fundos em que ele investia”

João Accioly, presidente interino da CVM

Omissão

Na audiência da CAE, o líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), afirmou que não seria a primeira vez que a CVM falha na fiscalização, ao mencionar escândalos anteriores, como o da Lojas Americanas. Segundo ele, “nada foi feito”. “A CVM não é réu primário no caso da transparência. É só lembrar o que aconteceu no caso das Americanas”, declarou, em referência à crise contábil de mais de R\$ 20 bilhões que resultou na recuperação judicial da rede varejista.

O senador também destacou o impacto sobre investidores. “Estamos falando de milhares, eu diria, de milhões de brasileiros que estão sendo prejudicados porque o dinheiro do seu fundo de previdência evaporou-se de forma criminosa. E não dá pra dizer que a CVM não foi omissa”, afirmou.

Em resposta, Accioly negou omissão e afirmou que, se houve falha, foi na comunicação das providências adotadas. “Houve uma omissão em divulgar o que foi feito. A Operação Compliance Zero foi feita depois que a CVM comunicou ao Ministério Público Federal, em junho de 2025, os indícios de aporte de quase R\$ 500 milhões do Banco Master em laranjas. A CVM detectou em sua supervisão”, declarou ele, alegando limitação de pessoal e de recursos tecnológicos.

Depoimento de Vorcaro será na terça

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, Renan Calheiros (MDB-AL), confirmou que o empresário Daniel Vorcaro, controlador do Banco Master, prestará depoimento presencial ao colegiado na próxima terça-feira, em Brasília.

“O ministro André Mendonça (relator do caso no Supremo Tribunal Federal) já decidiu sobre isso, ele facultou a presença dos acusados. Então, precisa conversar alguns aspectos de custódia, transporte. Ele vai vir em voo comercial e nós vamos fazer esse depoimento na terça-feira, que é um depoimento muito importante”, declarou Renan a jornalistas.

Segundo o senador, Vorcaro

demonstrou disposição em falar ao grupo de trabalho da CAE, que acompanha as investigações do caso Master. Inicialmente, o depoimento estava previsto para ontem, mas foi adiado. Na véspera, Renan explicou que o empresário havia apresentado três alternativas para viabilizar a oitiva.

A primeira possibilidade era adiar a ida presencial para a semana seguinte, permitindo a organização da viagem a Brasília, depois que o ministro do STF André Mendonça proibiu o uso do jato particular de Vorcaro. O empresário cumpre prisão domiciliar em São Paulo.

A segunda opção seria realizar o depoimento por videoconferência ainda nesta semana. A terceira hipótese previa que integrantes

do grupo de trabalho da CAE viajassem até São Paulo para colher o depoimento presencialmente, o que também exigiria logística dos senadores. Apesar das alternativas sugeridas pela defesa, a comissão decidiu manter a convocação para depoimento presencial na capital federal.

Confirmação

Na tarde de ontem, Renan se reuniu com André Mendonça para solicitar informações sobre o processo e discutir os detalhes do transporte de Vorcaro até o Senado. A decisão de manter o depoimento presencial foi aprovada pela maioria dos senadores.

Diferentemente do que ocorreu na Comissão Parlamentar

Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), à qual Vorcaro havia informado que não compareceria, o empresário sinalizou interesse em prestar depoimento à CAE. Ao comentar a decisão, Renan disse: “Eu acho que ele [Vorcaro] raciocina que é um foro mais recomendável para que ele venha fazer a discussão.”

Tanto a CAE quanto a CPMI do INSS buscam ouvir o banqueiro. Na CPMI, a convocação foi aprovada em janeiro, com o depoimento inicialmente marcado para 5 de fevereiro, mas a oitiva foi adiada duas vezes, primeiro para 19 de fevereiro e depois para 26 de fevereiro. O ministro André Mendonça determinou que Vorcaro não é obrigado a comparecer. (RG)

Reprodução



O banqueiro havia recusado convite para falar na CPMI do INSS